



BARCOS DE SALVAÇÃO.

O DESASTROSO naufragio do vapor portuguez *Porto* será lembrado sempre como uma das maiores catastrophes acontecidas na temerosa barra do Douro, viagem terrivel, que tem engulido muitos centos de victimas!

Não bastava, porém, a grandeza do desastre, accresceu ainda a falta quasi absoluta de socorros efficazes, e a consciencia de que tantos infelizes pereceram victimas da reprehensivel, e não só reprehensivel, criminosa incuria e desleixo dos governos, para tornar mais profunda a dôr sincera que pungiu o coração de quantos tiveram noticia d'aquelle luctuoso acontecimento com todos os seus horrorosos promenores.

Se o estado da barra do Porto é ou não susceptivel de se melhorar, não o podemos nós dizer; nem o logar é proprio para tratar uma materia tão importante, nem pela variedade de opiniões dos homens mais competentes na materia sujeita, é possivel, á falta dos dados e habilitações indispensaveis, formar juizo seguro. É certo, porém, que o problema não parece irresolovel, com quanto para sua resolução se encontrem difficuldades do maior vulto.

Luiz Gomes de Carvalho escreveu uma extensa memoria, impressa no volume 9.<sup>o</sup> das da Academia, sobre o estado d'aquella barra, e trabalhos necessarios, que na opinião do habilengenheiro podiam melhoral-a; esses trabalhos começaram de feito, mas a barra peiorou. Enganar-se-ia o nosso engenheiro nas suas previsões, ou dependeria o melhoramento definitivo da barra da inteira conclusão das obras projectadas? É o que não pôde averiguar-se.

Outros meios tem lembrado, sem se obter resultado algum; contratou-se o quebramento dos rechedos que obstruem a barra; mas esta obra nem chegou a começar-se; fizeram-se outros estudos, e a barra cada vez a peor! Finalmente o naufragio do vapor *Porto*, sobre muitos outros desastres, e o nenhum proveito d'esses poucos meios empregados, fez lembrar a construcção de um porto artificial, no logar que se julgasse mais proprio, ligando-o á cidade por meio de carris-ferreos; esta obra dispendiosissima foi mandada estudar em concorrência com as da barra, por uma commissão nomeada por portaria de 3 d'abril de 1852.

Em nome da humanidade permitta-se-nos que le-  
NOVEMBRO 20, 1852.

VOL. I. 3.<sup>a</sup> SÉRIE.

C. M. L.  
GABINETE E  
DE ESTUDOS  
OLISIPONESES

vantemos a nossa debil voz para reclamar de quem competir, o cumprimento de promessas feitas tantas vezes e tantas vezes esquecidas. Melhore-se a barra se é possível, ou construa-se o porto artificial; mas empreguem-se todos os meios e diligencia; sigam-se os trabalhos com actividade e perseverança; se os engenheiros nacionaes, pela falta quasi absoluta de pratica de trabalhos hydraulicos de certa magnitude, não satisfazem, convidem-se engenheiros estrangeiros convenientemente habilitados; empenhem-se todos em estudar este difficil problema, de cuja resolução depende o futuro de um povo laborioso, e de uma cidade grande pelo seu commercio, pela sua industria e pelo character generoso e leal dos seus habitantes. A barra como se acha, é um crime de lesa-humanidade, e uma vergonha para esta nação.

—Se, porém, não é possível desde já prover de remedio ao estado da barra, se quaesquer trabalhos que se empreendam, ainda que executados com a desejada rapidez, tem de consummír muito tempo; cremos ser facil ter ao menos os meios para que dada a eventualidade de um sinistro, aliás infelizmente frequentissima na nossa extensa costa, se possa acudir aos tristes naufragos conservando-lhes sequer a esperanza de salvação.

Estes meios devem distribuir-se pelos pontos mais perigosos da costa, e não só limitar-se á foz do Douro.

A efficacia dos *barcos de salvação* está provada, e o seu emprego é facilimo. A nossa primeira estampa representa um grande navio de véla soccorrido por um dos excellentes barcos de salvação de Joseph Francis (*life-surf-boats*) que, apesar da braveza das ondas vae estabelecer a communicacão do vaso perdido com a terra — n'outra parte damos os desenhos de outros barcos, de uma construcção e applicação diferentes (*life-cars*); mas mui prestadios no transporte dos naufragos depois de estabelecido um *vac-rem*.

O digno ministro de Portugal em Nova-York, o sr. Joaquim Cesar de Figanière Mourão, de cuja curiosidade e litteratura existe honroso testemunho em um artigo publicado a paginas 78 do 4.<sup>o</sup> volume d'esta collecção, assim que teve noticia do naufragio do vapor *Porto*, officiou ao governo em datas de 28 de abril e 11 de maio, recommendando no primeiro officio o processo do professor Maillefort, por meio do qual esse engenheiro francez conseguira quebrar e remover os cachopos que obstruiam a navegacão do porto de Nova-York; e no segundo, dando noticia dos barcos de salvação, construidos por Joseph Francis, e que declara estarem em uso nos varios pontos da costa dos Estados-Unidos. Em 26 de maio escrevia o mesmo diplomata o seguinte: «A casa de Osborn & Spencer de Nova-York (Osborn & Irmão do Porto) tendo-me consultado, comprou e carregou a bordo da barca *Gulford*, de que são proprietarios, um dos *life-surf-boats* e *life-cars* de Francis, com o louvavel fim de os offerecer á Sociedade Humanitaria do Porto, pelo custo primitivo, e livre do frete.»

Não nos consta que o governo tenha attendido convenientemente ás representações do nosso distincto representante nos Estados-Unidos, e mais são já passados alguns mezes desde que succedeu aquelle horroroso sinistro! Porém a Sociedade Real Humanitaria do Porto, associacão respeitavel, que tem prestado, apesar da sua recente fundação, importantes serviços, essa recebeu os dous barcos referidos, e duas vezes fez experimentar o *life-boat*, com o mais extraordinario successo, em presenca de um numerosissimo concurso. Toda a imprensa periodica, applaudindo os esforços da associacão, registou o resultado das mencionadas experiencias, que não podia

ser mais favoravel. O *barco de salvação* que possui a Sociedade Real Humanitaria do Porto, construido em Nova-York pelo systema do sr. Joseph Francis, denomina-se *Valente*; é todo de ferro galvanizado. Á prôa e á pópa tem duas camaras de ar, tão fortemente construidas que resistem aos golpes mais violentos. Não tem leme, bastando um remo para o governar com a maior facilidade. Demanda mui pouca agua; e não ha mar que o afunde, sobrenadando sempre com a maior galhardia: é guarnecido em toda a borda de um forte chumaço de cortiça, e assim, ainda que vá de encontro a um penedo, difficilmente soffrerá algum pequeno damno. Póde-se-lhe lançar um grande pezo, e de grande altura, ao meio do porão, sem que o barco padeça. A todas estas qualidades preciosas que o tornam de uma vantagem immensa na salvação dos naufragos, reune ser de um preço relativamente modico, e não carecer de reparos de consideracão, estando sempre prompto para o serviço que se requerer.

A casa de Osborn & Irmão do Porto tem annuciado, que se encarrega de quaesquer encomendas de semelhantes barcos, cuja utilidade é incontestavel. Porque não ha de o nosso governo, applicar alguns meios á acquisição de barcos de salvação deste systema, distribuindo-os pelos pontos perigosos da costa? Porque não hão de as nossas companhias de seguros influir para que se adoptem estas e outras providencias igualmente necessarias? Porque não havemos de imitar o exemplo dos americanos do norte, cujo governo obriga todos os navios de guerra e marcantes a proverem-se de barcos de salvação? Porque se não presta um apoio energico ás diligencias e generosos esforços da Sociedade Real Humanitaria? Entregamos á consideracão das auctoridades competentes estas ligeiras considerações, confiando que não serão desattendidas.

## ARCHEOLOGIA PORTUGUEZA.

### A PARTIDA DO INFANTE D. MANOEL.

COMEÇAMOS a publicacão das curiosas cartas, escriptas no anno de 1715, reinando el-rei D. João V, ácerca da saída do infante D. Manoel seu irmão. Este incidente, pouco conhecido acha-se descripto com extensão na primeira correspondencia do secretario de estado Diogo de Mendonça que hoje transcrevemos. Acrescentaremos algumas noticias que o podem esclarecer, explicando os verdadeiros motivos que influiram no animo do infante para dar este passo temerario contra as ordens do soberano.

Em officio do embaixador de França em Portugal ao ministro dos negocios estrangeiros M. de Torcy refere-se o projecto, que tinha formado o infante D. Manoel de ir viajar pela Europa por tempo de dous annos. Estava-se em setembro de 1715, e parece que a idéa de seu irmão não era desagradavel a D. João V, por isso que não se observa da parte d'elle o menor indicio de resistencia. Pelo contrario designou-se o sequito do principe que devia constar de trinta e seis pessoas, sendo doze das primeiras familias do reino; determinando o infante principiar pela Andaluzia e mais provincias de Hespanha até ao Russilhão; entrar no Languedoc; e seguir d'ali para Italia e Allemanha, voltando depois por França, com o cuidado porém de não se apresentar nas capitães, aonde residisse a côrte dos soberanos, para evitar o ceremonial.

Foi no meio d'estes planos, que de repente se de-

clarou a intenção de el-rei, que, a pretexto de uma promessa pia, resolveu fazer a romaria de Nossa Senhora do Loreto viajando por terra. O conde da Ericeira, encarregado pelo monarcha de dar aviso d'esta resolução aos diplomatas das differentes nações, não encubriu a nenhum d'elles o pesar que lhe causava. O sr. D. João V tinha fixado para 4 de outubro o dia da partida, querendo achar-se pelo Natal no Loreto, dicedido a percorrer depois a Italia, a Allemanha, a Hollanda, a Inglaterra e a França, por espaço de um anno, levando na sua companhia seus irmãos, o secretario de estado, os condes de Assumar, de Unhão, da Ericeira, e o marquez de Marialva. A regencia ficava entregue á rainha, augmentando-se o numero dos ministros ordinarios com a nomeação dos marquezes de Alegrete e de Fronteira, e com a do conde de Castello Melhor, que depois de largos annos de desterro e desagrado tornava a ser bem visto.

Não é para aqui individuar os enredos postos em pratica pela politica dos diversos gabinetes da Europa, uns procurando estorvar, outros desejando animar a projectada viagem; nem nos cumpre alargar esta rapida informação relatando os aprestos do estado com que o ostentoso monarcha se propunha realisar incognito a sua peregrinação. Talvez consagremos um artigo especial a este facto. Por agora basta insistir nos pontos, que têm intima relação com a fugida do infante.

A rainha amava seu esposo e era estremosa. Apenas lhe constou o plano da romaria, e a ausencia de um anno, a que no fundo tudo o mais servia de disfarce, declarou-se contra, e não omittiu meio algum para despersuadir el-rei da jornada, já com instancias proprias, já com avisos indirectos dos embaixadores de França e Inglaterra, já pelo voto dos mais auctorizados conselheiros. Mas os seus esforços não produziram outro effeito mais do que confirmar o monarcha na sua idéa. Achando diante da sua vontade maior resistencia, do que imaginava, pela sua indole tenaz, e orgulhosos espiritos, D. João V cegou-se sobre os inconvenientes, e a nada attendeu. Expunha-se a tudo, com tanto que provasse, que as suas decisões uma vez tomadas não se alteravam, nem cediam aos obstaculos.

N'este apuro occorreu á rainha, que o modo unico de embaraçar os desejos de seu marido, cuja partida fôra transferida para março de 1716, consistia em lhe pôr diante dos olhos o exemplo de um principe, que por dever da corôa elle houvesse de estranhar. Para isso dirigiu-se ao infante D. Manoel, moço ambicioso e inquieto, ardendo em desejos de se mostrar e de ganhar fama, cubiçando vêr o mundo, desvinculado da tutella da côrte de seu irmão. O infante achava-se descontente por se lhe frustrar a sua viagem em virtude da romaria real; e ouviu com a maior facilidade as sugestões da rainha prestando-se a auxiliar-a. Tratou-se o negocio com o mais fecho segredo, e uma manhã a côrte accordou sabendo que o principe desapparecera sem licença, e que se ignorava ainda a sua direcção. Como sua esposa previa, D. João V foi obrigado a desaprovar publicamente o procedimento do infante, suspendendo a jornada.

O infante passou-se depois á Allemanha, e tomou serviço nos exercitos imperiaes. Foi um dos capitães, que assistiram á famosa batalha de Belgrado, ganha em 16 de agosto de 1717 pelo principe Eugenio contra os Turcos.

Eis a primeira correspondencia expedida apenas se soube da sua fugida.

Hontem 4 do corrente pelas duas horas depois do meio dia se deu conta a Sua Magestade de que o sr. infante D. Manoel não estava no seu quarto, e que havia saído muito de madrugada com o sr. Manoel Telles da Silva, filho de v. s.<sup>a</sup> (o conde de Tarouca) e um reposteiro levando alguns baús do seu fato. Logo deu cuidado a Sua Magestade a sua falta, por que não costumava sair o sr. infante do paço sem sua licença; e depois se soube que fôra em uma sege com o filho de v. s.<sup>a</sup> e o reposteiro á Cartucha (de Laveiras?) e ali se embarcára em um patacho inglez chamado *Tany*, capitão Marsham, que ia para Amsterdam. Como se teve tão tarde esta noticia, quando os avisos foram ás Torres já o navio ia fóra dos cabos segundo referiram alguns pescadores. E porque as fragatas da corôa, que estavam aparelhadas, andam fóra esperando a frota, e no rio se achava uma de guerra ingleza, que veio buscar D. Paulo Methwen, me ordenou Sua Magestade lhe escrevesse para que ordenasse saísse a dita fragata em seguimento do navio, o que elle executou com tão bons termos, que veio ao paço pedir a Sua Magestade o deixasse ir na fragata. E com effeito se embarcou logo pelas 10 horas da noute com o marquez de Marialva, que se achava de semana, que foi com carta da propria mão de Sua Magestade, para o sr. infante para que voltasse para esta côrte na dita fragata; e tambem se ordenou ao capitão de uma das nossas, que anda cruzando n'estes mares, que fizesse a mesma diligencia; porque além do grande dissabor, que causou a Sua Magestade a inconsiderada resolução de Sua Alteza, lhe dá grande cuidado o receio de que o passam apresar os mouros, que têm tomado dez prezas inglezas ha pouco tempo. Porém, sendo contingente encontrar o tal navio, havendo tantas horas, que havia saído com um vento rijo, é mui provavel que o sr. infante vá aportar a Amsterdam para onde ia o mencionado patacho, e para onde levava um credito de dezesseis mil cruzados passado por Manoel de Castro Guimarães, ao qual o sr. infante persuadiu ser-lhe necessaria aquella quantia para mandar pagar uma cama, que n'essa côrte tinha mandado fazer por via do sr. Thomás da Silva Telles. N'este caso é Sua Magestade servido, que chegado que ahi seja o sr. infante, v. s.<sup>a</sup> lhe entregue a carta de Sua Magestade, e lhe aconselhe faça o que o mesmo senhor lhe ordena, e que vá para casa de v. s.<sup>a</sup> e ali esteja incognito, como costumam praticar os principes do seu alto nascimento nas côrtes estrangeiras; e que na mesma fórma se poderá recolher a este reino ou por terra ou por mar. Espera Sua Magestade da grande prudencia de v. s.<sup>a</sup> e do seu grande amor e zêlo, que procurará persuadir a Sua Alteza que o que só lhe convem é executar o que Sua Magestade lhe ordena. E esta diligencia fará v. s.<sup>a</sup> repetidas vezes, ainda que ache sempre grande repugnancia no sr. infante, difficultando-lhe todos os meios para poder continuar a jornada, e dizendo-lhe que não tem ordem para assistir-lhe com dinheiro, antes sim para embaraçar o que lhe puderem emprestar, e ainda a cobrança dos dezesseis mil cruzados do credito de Manoel de Castro Guimarães, mostrando-lhe a ordem, em que elle o revoga, da qual v. s.<sup>a</sup> se servirá para mostrar-lh'a, mas não para a pôr em execução. Alcançan do v. s.<sup>a</sup> do sr. infante a resolução de tornar para este reino por mar, pedirá v. s.<sup>a</sup> em nome de Sua Magestade aos estados dous ou tres navios de guerra para transportarem a Sua Alteza, assistindo-lhe com o necessario para o seu apresto. E quando se resolver a vir por terra poderá vir com Sua Alteza o sr. Thomás da Silva Telles, dando-lhe v. s.<sup>a</sup> as letras necessarias para as despesas da jornada. E quando o sr. Thomás da Silva

Telles esteja já em Allemanha, virá v. s.<sup>a</sup> com o sr. infante até parte, em que o encontre a v. s.<sup>a</sup> pessoa ou pessoas que Sua Magestade mandar; para cujo effeito me despachará v. s.<sup>a</sup> postilhão antecipadamente, remettendo-me o roteiro das villas e cidades por onde destina vir, para que as pessoas que forem sigam o dito roteiro. Porém se não obstante as representações de v. s.<sup>a</sup> o sr. infante persistir em passar a Allemanha, como se entende, sempre v. s.<sup>a</sup> trabalhará que se detenha até que cheguem alguns criados e meios, e que possa ir, ainda que incognito, com a decencia conveniente. E para a despeza que ahí fizer Sua Alteza se poderá v. s.<sup>a</sup> valer das licenças dos estados, ou passar letras sobre o thesoureiro da casa de Bragança. E no caso que o sr. infante não queira ahí esperar, ou passe por essa republica, sem que v. s.<sup>a</sup> o saiba, e vá em direitura a Allemanha, remetto a v. s.<sup>a</sup> essa carta de Sua Magestade para o sr. imperador, de que vae cópia, para que tendo v. s.<sup>a</sup> certeza de que o sr. infante passou a Vienna mande a mesma carta ao barão Tioztti para a entregar ao sr. imperador. E será conveniente, que v. s.<sup>a</sup> avise ao dito barão, que no caso de ali se achar o sr. infante lhe assista com as quantias de dinheiro, que lhe parecerem precisas, sacando da sua importancia letras sobre o thesoureiro da casa de Bragança; e n'este mesmo caso escreverá v. s.<sup>a</sup> ao sr. infante remettendo-lhe a carta de Sua Magestade para que lhe conste o que o mesmo senhor lhe ordenava, aconselhando-lhe v. s.<sup>a</sup> que volte para essa republica para d'ahi tornar ao reino em execução da ordem de Sua Magestade.

Remetto as duas cartas do proprio punho do dito senhor, de que acima faço menção, uma para o sr. infante, e a outra para o sr. imperador. — Deus guarde a v. s.<sup>a</sup> — Lisboa, 6 de novembro de 1715.

Devo acrescentar ao sobredito, que Sua Magestade é servido que v. s.<sup>a</sup> procure persuadir ao sr. infante, que se não executar o que o mesmo senhor lhe ordena, nem o sr. Manoel Telles, nem o reposteiro o hão de acompanhar; isto mesmo deve v. s.<sup>a</sup> dar a entender ao sr. Manoel Telles para que elle seja quem o persuada a que volte. Porém no caso que isto não baste para Sua Alteza mudar de resolução, e persista na de seguir a jornada, não embarçará v. s.<sup>a</sup> o acompanharem-no os sobreditos. Tambem devo dizer a v. s.<sup>a</sup> de ordem do mesmo senhor, que o sr. Manoel Telles póde voltar com o sr. infante na certeza de que não fará demonstração com elle por haver feito esta jornada; e espera Sua Magestade que elle instruido por v. s.<sup>a</sup> procure persuadir ao sr. infante o que na carta do proprio punho ordena ao sr. infante, e lhe adverte diga o que v. s.<sup>a</sup> lhe disser. — *Diogo de Mendonça Corte Real.*

De Sua Magestade para o sr. infante. — Meu irmão. Recebi a vossa carta, e fico com grande sentimento de que não fizesséis a vossa jornada por este reino como me havieis segurado; mas os vossos poucos annos desculpam esta falta, a qual espero emendareis, considerando que nenhuma acção vossa vos estará tão bem como fazeres o que vos mandar; pois não hei de ordenar-vos cousa alguma, que vos esteja mal. Como agora vos achaeis n'essa corte procurae sómente fazer o que fór vontade do sr. imperador, meu bom irmão e primo, a quem peço queira encaminhar as vossas acções no pouco tempo que ahí vos detiverdes. Ao conde de Tarouca ordeno vos participe a minha resolução sobre os vossos particulares. — Deus vos guarde como desejo. — Lisboa, 4 de abril de 1716. — Vosso irmão — *João.*

De Sua Magestade para o imperador. — Serenissimo senhor, meu muito caro e amado irmão e primo. Logo que o infante D. Manoel, meu muito amado e presado irmão, saíu d'esta corte participei a Vossa Magestade a sua inconsiderada resolução, previnindo o caso de poder-se encaminhar a essa; e, sendo-me agora presente que assim o executára tendo-me segurado se restituiria de Haya a esta corte, torno a pedir a Vossa Magestade o queira persuadir a que se recolha ao reino na fórma que tenho ordenado. E como isto é o que lhe convem, estou certo de que Vossa Magestade se empenhará, em que elle assim o execute; e que o infante se não apartará das prudentissimas persuasões de Vossa Magestade, porque só seguindo-as poderei dissimular o desgosto, que me tem causado as circumstancias da sua ausencia; e não duvido que os poucos dias que se detiver n'essa corte, Vossa Magestade dirigirá as suas acções para que sejam conformes ás obrigações com que elle nasceu, e que eu fio do que lhe merece o meu amor; e pedem os apertados vinculos do nosso parentesco. — Nosso Senhor guarde a Vossa Magestade como desejo. — Lisboa, 4 de abril de 1716. — Bom irmão e primo de Vossa Magestade — *João.*

Carta para o imperador, a que se refere a antecedente. — Serenissimo Senhor, meu muito caro e amado irmão e primo. A inconsiderada resolução do infante D. Manoel, meu muito amado e presado irmão, saíndo d'este reino sem licença minha em uma embarcação pouco segura, me deixa com o cuidado, que pede o amor que sempre lhe tive; e porque se entende que o infante ia com animo de encaminhar-se aos dominios de Vossa Magestade, me pareceu participar a Vossa Magestade aquella resolução para que, inteirado das circumstancias d'ella, procure Vossa Magestade persuadir ao infante se recolha a este reino, na certeza de que o dissabor que me causou a sua ausencia se desvaneca na consideração de que n'esta jornada lhe resultou a fortuna de vêr a Vossa Magestade; e espero que com os seus prudentes conselhos moverá Vossa Magestade o infante a que execute o que lhe convem, que é restituir-se á minha companhia. E os estreitos vinculos da nossa amizade e parentesco me facilitam escrever a Vossa Magestade com esta carinhosa sinceridade. — Nosso Senhor guarde a pessoa de Vossa Magestade como desejo. — Lisboa, 5 de novembro de 1715. — Bom irmão e primo de Vossa Magestade — *João.*

O infante resistiu a todas as diligencias, e como dissemos tomou parte na gloriosa campanha contra os turcos, em que a victoria de Belgrado immortalizou com mais um brasão o nome já famoso do principe Eugenio de Saboya. Mas o objecto, que a rainha de Portugal se propunha, excitando a ausencia do principe, ficou plenamente satisfeito. Depois da publica e solemne desapprovação dada á partida de seu irmão, o sr. D. João V viu-se obrigado a desistir dos seus projectos de viagem; o que fez com repugnancia, e custando-lhe o dissabor uma aguda e longa doença. Consolou-se, porém, com os recreios e distracções, que a tradição e a historia são conformes em indicar quando se trata do Salomão portuguez.

L. A. REBELLO DA SILVA.

## SALVA-VIDAS.

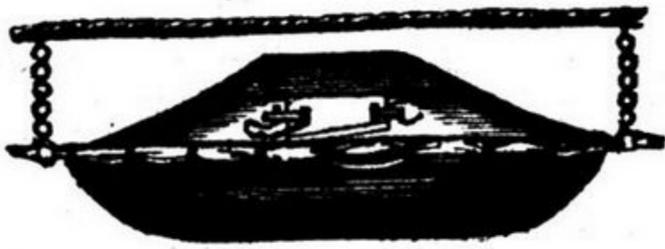


FIG. 1.



FIG. 2.

As ESTAMPAS (figuras 1 e 2) representam fielmente o salva-vidas, a que nos referimos no primeiro artigo d'este numero, e que se destina especialmente ao transporte da tripulação e passageiros dos navios para terra.

O salva-vidas (*life-car*) assemelha-se a um pequeno barco; é construido, pelo systema de Joseph Francis, de ferro ou de cobre; superiormente tem uma especie de coberta convexa, com uma porta ou escotilha, pela qual se introduzem os infelizes que tem de ser conduzidos para terra, fechando-se depois hermeticamente e com a maior segurança. Póde accomodar de cada vez quatro a cinco pessoas. Concluida a operação, expede-se o salva-vidas por meio do vae-vem, que deve ter sido previamente estabelecido.

A construcção d'este salva-vidas obrigava os individuos, que d'elle tinham de se aproveitar, a manter-se n'uma posição difficil e incommoda.

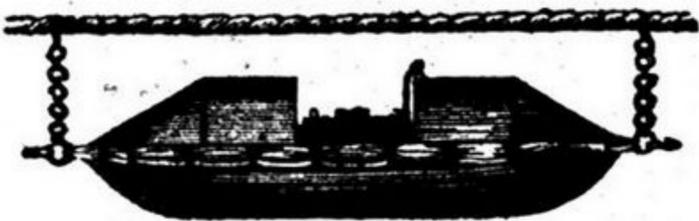


FIG. 3.



FIG. 4.

O inventor tratou de remediar este inconveniente; e parece tel-o conseguido no seu novo salva-vidas, cujo desenho damos (figuras 3 e 4).

## APONTAMENTOS PARA A BIOGRAPHIA

Do *ex.<sup>mo</sup>* e *rev.<sup>mo</sup>* sr. bispo resignatario de Cabo Verde.

NASCEU o sr. D. Fr. Jeronymo do Barco da Soledade, no logar do Barco, do bispado da Guarda, em o anno de 1774, e recebeu de seus paes Manoel Ramos Alves e D. Maria Antunes, que não procedendo de nobre geração pertenciam á honrada classe de lavradores abastados, aquella esmerada educação christã e moral, que tanto concorreu para as heroicas acções de nossos, maiores. Mostrando o sr. D. Jeronymo, desde verdes annos decidida vocação para o sacerdocio, vestiu o habito da ordem seraphica, professou no convento de Franqueira da provincia da Soledade, e concluindo os estudos com reconhecido aproveitamento e geral applauso de seus superiores, foram-lhe conferidas as ordens sacras, e mereceu exercer pela sua capacidade a honrosa missão de orador evangelico, e reger as cadeiras de theologia e philosophia.

Contando 46 annos de idade em 23 de Fevereiro de 1820, e dirigindo o leme da barca de S. Pedro o SS.<sup>mo</sup> padre Pio VII, foi elevado á suprema dignidade episcopal, que não sollicitára e que acceitou com repugnancia. Trocando, por obediencia, a paz do claustro pelas espinhosas e arduas funcções do eminente cargo, que tão dignamente soube desempenhar com verdadeiro zêlo apostolico, logo que tomou posse do bispado visitou os sitios mais remotos da sua jurisdicção, e n'estas visitas consagrou pelo matrimonio muitas uniões illicitas; e tratou tambem, como bom pastor, de promover, quanto em si coube, a felicidade do rebanho que a Providencia confiára aos seus desvellos. Não menos diligente na instrucção do clero, por ser a fonte da qual dimana a civilisação e moralidade dos povos, concebeu o luminoso pensamento de fundar um seminario; e depois de vencer todos os obstaculos com que teve de lutar, e que se oppunham á execução do seu projecto, mandou construir, á sua propria custa, na cidade da Ribeira Grande, um edificio adaptado áquelle fim.

N'esta obra de tamanha conveniencia despendeu este venerando bispo avultadas sommas, apesar da exiguidade da sua congrua, pela parcimonia com que se tratava, e sem deixar de distribuir aos desvalidos valiosos soccorros em dinheiro e vestuario. Mas não teve o prazer de vêr realisados seus mais ardentes desejos, porque soube, já em Portugal, que aquelle edificio não se completára, nem chegára a ser habitado pelos mancebos, que tendo frequentado as aulas externas, se destinavam para seguir a vida ecclesiastica, e começava a arruinar-se. Para se saber o estado em que estará actualmente o seminario, bastará vêr o que d'elle diz o sr. Chelmitchi em 1837: «Este edificio de dous andares, e umas trinta janellas de frente, nunca ficou acabado, mas o bicho comeu toda a madeira, que é de pinho, e em breve caíndo em pedagos augmentará o cahos das ruinas.» (1)

Este infausto successo contristou profundamente o magnanimo coração do sr. D. Jeronymo, por ficarem sem effeito os grandes sacrificios que fizera para levar ao cabo uma obra de tanta utilidade; porém superior a todos os revezes, supportou mais este golpe com sua inimitavel resignação; e estamos convencidos, que se tivesse voltado para Cabo Verde

(1) Chorographia Cabo-Verdiana. — Tom. I, pag. 67.

não deixaria de concluir tão nobre empresa. Acreditamos, que quando a poderosa mão do tempo imprimir nos ultimos restos d'aquelle edificio o sello da sua total destruição, ainda os seus vestigios serão um padrão eterno que recorde ás gerações futuras o inclito nome do seu fundador.

Durante a sua residencia no bispado, conservou sempre a melhor harmonia com o governador militar e auctoridades civis; e mereceu, por sua moderação e sisudesa, a estima e respeito dos habitantes d'aquelle archipelago. Teve igualmente o sr. bispo a satisfação de converter á santa religião que professamos uma sr.<sup>a</sup> protestante, que ouvindo-o prégar, vendo a unção de suas palavras tão repassadas de fé e caridade, e tanto em harmonia com o seu modo de viver, sentiu-se abalada, e teve com elle diversas conferencias em casa do sr. conselheiro Manoel Antonio Martins, onde estava hospedada, de que resultou pedir o baptismo.

Eleito deputado ás côrtes de 1827, regressou o venerando prelado ao reino; pobre, porém acompanhado das benções dos seus diocesanos que o presavam pelo saber, justiça e prudencia com que os dirigiu espiritualmente por espaço de sete annos. A longa distancia que o separava d'aquelles povos, não o fez nunca esquecer do paternal amor que lhes consagrava, e foi na respectiva camara um constante advogado dos seus direitos ecclesiasticos e interesses temporaes, como seu digno representante, e concededor das necessidades locais d'aquella provincia. Da sua vinda para a metropole resultaram no decurso dos annos graves prejuizos á diocese; pelo desleixo do clero, soltura dos costumes, e relaxação introduzida nas ceremonias mais augustas da religião; como largamente expende o nosso amigo e insigne auctor dos *Estudos sobre Cabo Verde*, a pag. 157 do vol. IV da Revista Popular.

Em 1829 resignou o sr. D. Jeronymo o episcopado, para tratar de sua saude, já então deteriorada pelo insalubre clima africano; repousar de suas fadigas, e olvidar no retiro os dissabores inseparaveis do homem próbo e honesto, que só cumpre as suas obrigações, e não se afasta jamais do caminho da honra e do dever. N'este periodo empregou-se na continua meditação das santas doutrinas e maximas consignadas no codigo do Divino Mestre; na rigorosa observancia dos austeros preccitos da regra de sua ordem, que não deixou de executar em quanto suas forças phisicas o não abandonaram, e no exercicio das mais bellas virtudes, principalmente as da *humildade* e *caridade*, que possuiu em subido gráu, as quaes sendo as firmes columnas do magestoso templo do christianismo, estão hoje formando os mais brilhantes florões da radiante corõa de immortal gloria que lhe cinge a fronte. Tambem não se negou a ser util ao estado, quando suas molestias o não impediam, e nas commissões de que foi membro prestou sempre o seu consciencioso voto e conselhos proficuos sobre os importantes negocios em que era consultado pelo governo por suas luzes e experiencia. Serviu zelosamente a religião, conferindo o sacramento da ordem a grande numero de sacerdotes, e o da confirmação a immensos fieis, no seu oratorio e varias parochias desta capital; e sagrou a maxima parte dos actuaes prelados da igreja lusitana, incluindo os de Braga e Porto, que foi sagrar ás suas competentes cathedraes.

Foi presidente da sociedade catholica, e da associação da propagação da fé, da qual era estrenuo protector, e deixou depois da sua morte evidentes provas de quanto presava esta respeitavel corporação. Nomeado deputado da junta geral da bulla da Cru-

zada, por decreto de 23 de outubro de 1851, publicado no *Diario do Governo* N.º 299, requereu a exoneração d'este emprego pelo seu estado valetudinario (e ainda mais por nimio escrupulo de fruir o ordenado de um logar, que não podia já servir com sua usual diligencia), e obteve a sua demissão por decreto de 18 de dezembro do mesmo anno, estampado no *Diario* N.º 302.

Com a paciencia do perfeito christão, soffreu o sephico bispo com inalteravel conformidade por mais de tres annos os crueis effeitos da dolorosa enfermidade de que fôra accommettido, e que progredindo e aggravando-se tornou inuteis os recursos da medicina; baldados os esforços de seu intelligente medico, e frustrados os assiduos cuidados que sempre lhe prodigalisára um digno religioso, seu leal amigo e antigo companheiro. Vendo proximo o termo da sua existencia, preparou-se com os auxilios espirituaes para a ultima jornada, e pelas sete horas da tarde do dia 30 de junho de 1852 expirou o ex.<sup>mo</sup> e rev.<sup>mo</sup> sr. D. Fr. Jeronymo da Soledade, deixando registados nas paginas do livro da sua vida — os *serviços e actos de beneficencia* — que praticára em mais de quinze lustros e dous annos. É nossa crença que sua alma, soltando-se dos tenues laços que a ligavam, subiu á região celeste para ir gosar do premio dos justos; e agora ante o refulgente throno do Altissimo é um activo patrono dos que o amavam cá na terra, e têm fé na efficacia das suas preces. Prasa a Deus attender os rogos do seu servo, e ouvir lá do céu nossa debil voz...

A seu semblante agradável, estatura alta, porte grave e modesto juntava este venerando prelado um genio docil, urbanidade e maneiras affaveis, que lhe grangearam as sympathias das pessoas de todas as classes da sociedade; e recebeu sempre dos caracteres mais conspicuos do paiz, e dos seus numerosos amigos diversas demonstrações de apreço e consideração pelas suas raras virtudes, que mais distinctamente se manifestaram nos seus ultimos dias. Ordenou em testamento, que os paramentos de seu uso se repartissem pelas igrejas mais pobres de Cabo Verde; e humilde por convicção, determinou que seu funeral se fizesse sem apparato. A sua ultima vontade teve cumprimento, sendo o seu cadaver conduzido na tarde do 1.º de julho por seis sacerdotes pobres, para a derradeira morada. Acompanharam o illustre finado o rev.<sup>o</sup> padre thesoureiro da freguezia do Sacramento, no impedimento do respectivo parochio, o corpo clerical da mesma, e alguns dos seus amigos, desde o palacio dos ex.<sup>mos</sup> duques do Cadaval, onde esteve hospedado dezoito annos, até á igreja de Nossa Senhora da Conceição da Carreira, pertencente ao paço da Bemposta, e outr'ora hospicio dos religiosos da provincia da Conceição, que tambem habitou, e de que fôra um dos mais brilhantes ornamentos. Nós, que fizemos a mais minima parte d'aquelle lugubre prestito, fomos testemunhas da compunção, que uma scena tão edificante produziu no seu transito, e se divisava nos rostos dos expectadores.

No dia 2 do referido mez ficaram depositados os despojos mortaes do decano dos prelados portuguezes na mencionada capella, com permissão regia, obtida pelo nobre duque de Saldanha, tendo-se celebrado antes as exequias sollemnes devidas á sua jerarchia, officiado o ex.<sup>mo</sup> sr. arcebispo de Palmira, e assistindo a este acto religioso muitos cavalheiros d'esta côrte.

Honrados com a estima d'este respeitavel prelado, faltariamos a um dever de gratidão, se não fomos depôr sobre a campa, que encerra suas venerandas cinzas, este mesquinho, mas sincero tributo do nosso

profundo respeito e saudade; sentindo que a acanhada esphera da nossa intelligencia nos não permitia poder tecer em sublime estylo o seu merecido elogio. Porém, confiados na imparcialidade de nossos illustrados leitores, temos esperança de que não de releva as incorrecções proprias de quem não está habilitado para tratar assumptos d'esta natureza, e conceder á nossa publicação a sua benigna indulgencia, na certeza de que não fomos exagerados no imperfeito esboço que fizemos dos dotes physicos do sr. D. Jeronymo, nem nos desviámos da verdade na apreciação das suas qualidades moraes, como pôdem confirmar todos que tiveram a ventura de o conhecer.

Escrevendo estes apontamentos, e ampliando o artigo publicado na *Imprensa* N.º 135, realisámos a idéa, que já havíamos premeditado, pedindo informações a pessoas competentes, ás quaes agradecemos a bondade com que nos coadjuvaram n'esta empresa, sem outro interesse senão o de perpetuar ainda mais a memoria de um varão benemerito, que adquiriu por sua justa reputação incontestavel direito á veneração da posteridade.

M. DE PAIVA R. E S.

## LENDAS HISTORICAS.

### O DEMONIO DO LAGO.

#### IV.

#### *O Lago de Loch-Leven.*

São passados alguns annos. A donzella descuidosa de Inch-Mahome, tornou-se uma mulher energica e violenta. A paixão substituiu em sua frente e em seus olhos o limpido arraiar da primitiva innocencia. A aureola que a rodeava perdeu-a a gentil fada de Monteith; amam-na ainda, não de amal-a sempre, mas com um amor fatal, frenetico e cheio de remorsos, com um amor que deshonra e mata; amam-na porque é formosissima, porque não ha resistir a um olhar seu, porque o seu fallar enfeitiga; mas já lhe não consagram aquella veneração, aquelle culto religioso que a fazia adorar dos montanhezes e pescadores. É que Maria Stuart não é só a viuva de Francisco II; é que é tambem a viuva de Darnley, sacrificado por ella e por sua causa; é que o sangue de Riccio, o cantor italiano, apunhalado no seu aposento, lhe manchou os vestidos; é que Chastelard morreu em um cadafalso por a ter amado e se julgar amado por ella; é que, depois de derramado tanto sangue, se entregou voluntariamente a Bothwell o pirata, Bothwell seu terceiro marido, e assassino de Darnley; é que a filha de Jaques V não foi sómente implacavel como seu pae contra a heresia, mas tambem mereceu ser amaldiçoada e despresada por João Knox, o invencivel apostolo do presbyterianismo, o unico homem que debalde procurára seduzir e fascinar; é que Diogo Murray, seu irmão, que cumulára de honras e bens, encontra a gloria na ingratição; é que a desgraça e a infamia seguem por toda a parte esta rainha desafortunada, cheia de genio e resplandecente de formosura; é que a poder de caprichos singulares, desregramentos e crimes, tornar-se-ia odiosa á historia se Deus não permittisse que a expiação começasse para ella na terra. Foi esposa descuidosa, será mãe olvidada; foi rainha imprudente, será abandonada e traída; e finalmente remita com

o proprio sangue tanto sangue precioso que fez derramar.

Agora que a tornamos a encontrar, Maria Stuart, vencida, mas infatigavel, foge do castello de Loch-Leven onde a havia encerrado a nobreza rebellada, para recommear uma vida de luctas, de guerra, de violencia, e de paixões.

Era a 2 de maio de 1568; a rainha esperava impaciente, havia algum tempo, o signal que lhe haviam promettido Jorge Douglas e João Beatoun, dous dos seus mais fieis e verdadeiros amigos.

Jorge, parente do senhor de Loch-Leven, não pudera vêr Maria sem ser tocado dos seus encantos. Encarregado de a vigiar, quizera favorecer-lhe a evasão; mas descoberto o seu intento e constrangido a fugir, congregára fóra alguns partidarios da rainha, deixando um dos seus parentes mais moços, de idade de 16 annos, cognominado *Douglas o pequeno*, encarregado de abrir as portas da prisão á seductora e fatal beldade.

O pequeno Douglas desempenhára com tanta maior alegria a missão de que fóra incumbido, quanto tambem se sentira movido de terna compaixão pela linda feiticeira. Com effeito, a 2 de maio, depois de Maria se ter retirado ao seu aposento, bateram á porta, e o pequeno Douglas, ajoelhando na presença da rainha, annunciou-lhe que estava livre, porque tinha em seu poder as chaves do castello.

— «Livre!» bradou a rainha; «abengoados sejaes vós que tivestes compaixão d'aquella que o seu povo abandonou.»

— «Senhora, o tempo urge...» acudiu Douglas, perturbado com estes testemunhos de gratidão.

— «Estou prompta» respondeu Maria Stuart, levantando-se; e alguns momentos depois, de braço dado com o seu joven libertador, franqueava, disfarçada, as portas do castello. Uma barca estava amarrada perto. As aguas do lago de Loch-Leven, negras e caladas, balouçavam o fragil baixel. A lua, cumplice na fuga, cubria-a negro véu. Era uma noite admiravel para o intento.

Antes de embarcar recordou-se do lago de Monteith, dos folgares da sua infancia, e talvez tambem do Kelpy, porque, tocando no braço de Douglas, que curava com afan de preparar a barca, disse:

— «Nunca embarquei que me não acontecesse alguma desgraça; e as aguas que tenho cursado sempre receberam os meus prantos!»

— «As aguas de Loch-Leven primeiro receberão o meu sangue que uma só lagrima vossa» redarguiu com energia o joven Douglas. «Se não conseguir restituir-vos á liberdade, matar-me-hei.»

— «Calae-vos, por quem sois!» exclamou Maria Stuart.

E virando-se para as negras muralhas que tinham sido discretas confidentes dos seus desgostos, a rainha de Escocia dirigiu ao céu uma fervorosa prece. Causa singular! quanto mais o fogo das paixões mundanas lhe requeimava o peito, tanto mais elle se lhe abria aos consolos da religião.

É que a filha do catholico Jaques V, consummados todos os desvarios, experimentava uma sêde inexplicavel que só o orar fervente podia apagar.

Depois Maria saltou para a barca, que impellida vigorosamente pelos remos, deslisou-se como um alcyon por sobre as aguas.

A algumas braças da margem, olhou a rainha para a luz que deixára no seu quarto para servir de signal aos seus amigos escondidos por aquelles contornos. O pequeno Douglas ouviu um suspiro.

— «Tendes saudades de alguém?» perguntou timidamente o mancebo.

— « Não tenho saudades ; tenho medo » disse Maria Stuart. « Aquella luz avermelhada é uma ruim estrella ; parece côr de sangue ! »

— « Aquella luz é a liberdade, ó minha soberana ! »

— « Sim, a liberdade, para combater, a liberdade para castigar rebeldes ! Sangue ! sempre sangue ! Douglas, Douglas, eu não nasci para esta vida terrível que tenho levado ! »

Douglas largou os remos, e vendo Maria Stuart pensativa, poz-se a contemplal-a muito triste.

Parece que era esta hora azada para o meditar. Loch-Leven esquecêra ; os perigos haviam desaparecido ; Maria olhava para as ondas, Douglas olhava para Maria, e o silencio era apenas cortado pelo rumorejar da agua batendo no costado da barca.

N'aquella noute tranquilla a rainha fugitiva dava largas ao coração, e aspirava, nos perfumes da primavera, os perfumes da sua vida passada. Lembra-va-lhe o bello tempo que passára em França, o seu triste regresso, os seus crimes, as suas faltas, os seus remorsos, e no meio d'esta immensa serenidade sentia a alma desprender-se-lhe pouco a pouco das pungentes angustias que a affligiam.

— « Douglas » disse a final, « não ameis nunca ! conservae o coração tão puro como o esplendor dos vossos olhos. É o unico conselho que eu posso dar-vos em premio da liberdade que vos devo. »

— « É tarde, » respondeu Douglas, com voz cortada, « quando jurei salvar-vos, jurei tambem consagrar-vos um eterno amor. »

— « Vós tambem, pobre mancebo ! »

Fez-se largo silencio. A lua, até então toldada de nuvens, descobriu-se repentinamente, innundando a barca com o seu pallido clarão. O pequeno Douglas avistou na corrente um lyrio, tocante emblema para uma rainha de França. Debruçou-se da barca, e com o auxilio de um remo pôde apanhar a graciosa flôr, que offereceu a Maria Stuart. No calice refulgia uma perola ; era uma gota de agua, ou uma lagrima ?

— « Vossa Magestade fez que o lago floresse, e que o demonio de Loch-Leven vestisse galas para a vêr passar. »

— « O que ? pois tambem n'este lago ha algum genio ? »

— « Se ha ! referem as baladas. . . »

— « Oh ! não me falleis de baladas, Douglas ; já gostei muito d'ellas, já as cantei muitas vezes. . . O demonio de Loch-Leven não val mais que o de Monteith, e de certo não será mais propicio á rainha do que aquelle o foi á donzella. »

E Maria Stuart, sorrindo triste, e escarnecendo da superstição de que todavia não se julgava isenta, contou o seu passeio no lago de Monteith, os seus esponsaes com o Kelpy, e as lugubres viagens que fizera depois.

Apenas acabára, Douglas exclamou :

— « Sei que ha uma offerta agradavel ao genio de Loch-Leven ; » e tirando do seio as chaves do castello, atirou-as á agua.

Ainda bem as aguas não as haviam recebido, ouviu-se um tiro de fuzil. Tinham dado pela fuga da rainha.

Douglas fez-se muito pallido ; Maria Stuart soltou um grito, e a barquinha retomou o seu caminho ou antes o seu vôo para a margem opposta. O trajecto passou-se silenciosamente, e ao abordarem disse a rainha ao guia :

— « Bem vêdes, Douglas os lagos da Escocia repellem-me, e a morte até n'elles me persegue. »

A curta distancia, o joven Douglas apanhou uma flôr de cardo, e offerecendo-a á rainha, que trazia

na mão o lyrio, disse, alludindo aos emblemas que representam :

— « Rainha de França e de Escocia, os vossos subditos vos esperam. »

Depois, de um clarim que trazia suspenso ao cinto, tirou alguns sons. Jorge Douglas, João Beatoun, e Claudio Hamilton, que esperavam escondidos nas moitas, accorreram a saudar a fugitiva.

Maria viu-se em breve cercada da sua nobreza fiel. A esperanza reentrou-lhe no peito, julgou-se finalmente senhora da sorte, e exclamou, abraçando os seus amigos :

— « Estou salva ! »

E estava perdida. O atravessar do lago de Loch-Leven precedeu pouco tempo o seu largo e cruel captiveiro ; e no dia 8 de fevereiro de 1587, a filha de Jaques V, a viuva de Francisco II, a rainha de França e de Escocia, após desoito annos de anciedades e de prisão, realisando a prophecia paterna, pôz a cabeça, sempre viçosa e bella sempre, no patibulo mandado levantar por Isabel.

O carrasco tremeu quando lhe ordenaram que descarregasse o golpe, que teve de repetir. A alma de Maria soltou-se das prisões terrenas reconciliada com Deus pelo arrependimento e pela oração. Todos os nossos leitores conhecem os pormenores d'esta sublime catastrophe.

Talvez que antes de subir ao cadafalso de Fotheringay, n'essas horas dolorosas que consagrou ao exame da sua vida, Maria Stuart se lembrasse das superstições da sua infancia, e dos sinistros agoiros do demonio do lago.

Ou lembrasse ou não, o genio das aguas apoderou-se da sua memoria, encarregando-se de a perpetuar ; porque, nas margens do Men, que corre perto de Fotheringay, colhem-se umas pequenas florinhas vermelhas que (segundo a legenda) tomaram aquella côr do sangue da infeliz Maria.

(Trad.)

L. HULBACH.

*O bey e o louco.* — No tempo de um bey, cujo nome se não declara, um habitante de Constantina endoudeceu, ou fingiu ter endoudecido, pois que ali é este um meio excellente de conciliar o respeito e attrahir as dadas dos fieis. A sua mania era considerar-se como sendo o proprio Deus Todo Poderoso.

O bey mandou-o chamar, e em presença dos officiaes da sua côrte, disse-lhe com voz terrível.

— « Não ha muitos dias trouxeram á minha presença um homem que se intitulava o propheta enviado por Deus. Mande-i-o metter em um carcere, e como sustentasse tenazmente o seu dito, ordenei que fosse decapitado. »

O doudo ficou silencioso.

— « Que dizes a isto ? » perguntou o bey.

— « Digo que fizeste muito bem castigando o impostor. »

— « O que ? pois não era o enviado por Deus ? » acudiu o bey.

— « Como o podia ser, se eu lhe não tinha outorgado o dom da prophecia ? » respondeu o doudo com a maior presença de espirito.

O bey desatou a rir, e determinou que o soltassem.

— Os homens, em geral, são mais propensos a fazer perguntas ociosas, ou filhas unicamente de uma curiosidade vã, e muitas vezes reprehensivel, do que sollicitos em procurar adquirir noções uteis e necessarias.